



Redes Estado pode ter de compensar operadores se banir Huawei do 5G

Alterar componentes e software pode custar milhões. Lei prevê compensações. Comissão Europeia estuda interdições obrigatórias

A deliberação surgiu há duas semanas, e logo irromperam as notícias de que a Huawei vai ser excluída das redes móveis de quinta geração (5G) em Portugal. No documento divulgado pelo Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço (CSSC) não há uma única marca mencionada, mas há uma pista: a deliberação adota os critérios de análise da Comissão Europeia, que já levaram à interdição da Huawei num terço dos Estados-membros, depois de um processo similar iniciado em 2018 nos EUA. Será que chega para evitar um processo dos operadores e dos fabricantes de equipamentos de telecomunicações na justiça portuguesa?

"Poderá, efetivamente, existir aqui matéria suficiente para recurso à justiça, com vista a garantir uma compensação por uma determinação de retirada dos equipamentos cuja instalação tenha sido legalmente efetuada de acordo com as regras existentes à data de realização da mesma", considera Ricardo Henriques, sócio da Abreu Advogados.

Segundo o advogado, os fabricantes de equipamentos que venham a ser interditados também podem ter argumentos válidos na justiça, ainda que se sujeitem a uma responsabilidade acrescida se não tomaram medidas que evitem quebras de segurança. Há mais advogados contactados pelo Expresso que admitem que tanto operadores como marcas de telecomunicações estão em condições de reivindicar compensações na justiça.

O processo tem sido trabalhado pelo Gabinete Nacional de Segurança (GNS) e pela Secretaria de Estado da Digitalização sob a classificação de "reservado". A deliberação divulgada há duas semanas é apenas a parte conhecida de um trabalho que contemplou ainda instruções confidenciais para os operadores. Segundo ela, podem ser excluídos das redes 5G os fornecedores que não pertençam à União Europeia, NATO ou OCDE ou estejam sob controlo de Estados que não respeitem direitos humanos ou classificados como ameaças à segurança.

Em 2020, o regulamento do leilão do 5G já previa análises de segurança. Em 2022, com a promulgação da Lei das Comunicações Eletrónicas, essas análises ganharam força legal. Mas bem antes disso já havia a Lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado, que prevê indemnizações a quem é afetado por ações legítimas do Estado. E no circuito jurídico há quem garanta que esta lei chega para garantir indemnizações aos operadores.

Mesmo que pague compensações, o Estado pode ganhar um trunfo po-



Vários países estão a banir as empresas chinesas das redes de telecomunicações FOTO GETTY IMAGES

lítico em breve: de acordo com o "Financial Times", a Comissão Europeia está a planear a aplicação de uma interdição obrigatória que bloqueia os fabricantes que representem riscos de segurança para o 5G.

Mudar em cinco anos

O gabinete de Mário Campolargo, secretário de Estado da Digitalização, não indica limite temporal, mas refere que as instruções enviadas para os operadores tiveram "em conta os diversos grupos de ativos" e "o tempo de vida útil médio de cada componente". A resposta pode levar a crer que as exclusões já foram decididas, mas essa tese esbarra na Huawei, que é a principal afetada por essa medida, e não confirma qualquer exclusão.

No circuito, há o rumor de que os operadores terão cinco anos para proceder à substituição de componentes. De resto, o Expresso apurou que téc-

nicos ligados ao CSSC questionaram os fabricantes sobre os equipamentos que disponibilizam para o 5G.

Luís Neto Galvão, advogado da SRS Legal, recorda que a deliberação "fixa critérios" mas "não diz que deverá ser excluído o fabricante A ou B". E acredita que "essa será a fase seguinte".

Segundo a legislação, cabe à Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom) garantir a aplicação dos critérios de exclusão junto dos operadores. E nesses casos só mesmo a justiça pode valer a quem se sentir prejudicado. "Se houver uma ordem para a retirada de equipamentos, as seguradoras não serão envolvidas, pois trata-se de uma ação jurídica e não de um ciberincidente", explica Ricardo Negrão, diretor da área de riscos cibernéticos da Aon Portugal. "Os seguros são válidos até à data-limite (determinada pelo CSSC) para o uso dos equipamentos. Depois dessa data, se os equipamentos estiverem em uso,

os seguros deixam de ser válidos."

Luís Correia, professor do Instituto Superior Técnico (IST), admite que a substituição de componentes à escala nacional possa orçar "a centenas de milhares ou mesmo milhões de euros". "Vai limitar a oferta à Ericsson e à Nokia", lembra.

Nem Governo nem GNS referem se já estão em curso auditorias. Esses processos podem demorar "semanas", mas passam para "seis meses a um ano, pelo menos", em auditorias completas às redes móveis, estima Miguel Pardal, professor do IST. "Pode ser muito complicado encontrar vulnerabilidades ou comportamentos suspeitos nas redes móveis. Basta uma atualização de software ou troca de um componente e o cenário já será diferente do descrito pela auditoria feita antes."

As auditorias permanentes e automatizadas só atuam depois de o "mal estar feito" e não permitem descobrir que uma comunicação aparentemente inofensiva na verdade esconde mecanismos que, eventualmente, podem ser ativados remotamente para garantir o acesso à rede. Além da heterogeneidade, há outro fator: o conhecimento detalhado dos equipamentos exige tempo e tem custos avultados — e, eventualmente, só os fabricantes têm esse conhecimento pormenorizado, recorda Miguel Pardal.

Ricardo Negrão resume as eventuais exclusões em duas frases: "São decisões de política de Estado e não decisões técnicas. É o Estado português a dizer que quer determinados parceiros em vez de outros que vêm de outro Estado com quem tem relações difíceis." Só falta saber quem são os parceiros menos recomendáveis.

HUGO SENECA

economia@expresso.imprensa.pt

Onde está a Huawei em Portugal?

NOS e Vodafone negam ter equipamentos da Huawei nas duas principais áreas das redes 5G. No rádio, que abarca antenas e estações-base, a NOS recorre à Nokia e à Ericsson. No core, que abrange os troços principais da rede, é usada tecnologia da Nokia. Em contrapartida, a Vodafone usa soluções da Ericsson no rádio e no core recorre à Mavenir. Na Altice Portugal, o core é da Cisco e da Nokia — mas todo o sector garante que conta com presença alargada da Huawei no rádio. Ana Figueiredo, presidente executiva da Altice

Portugal, pediu maior "clarificação" sobre a deliberação emitida pelo Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço (CSSC). De resto, a Altice informa que está a analisar a deliberação sob as perspetivas "financeira, operacional e jurídica". O que mantém em aberto um eventual recurso à Justiça. No sector há quem admita que uma hipotética exclusão da Huawei pode impactar todos os operadores, uma vez que a deliberação do CSSC abrange três áreas das redes 5G, além do core e do rádio — e a Huawei tinha presença alargada em todas. H.S.



HUAWEI NO 5G
As operadoras telefónicas poderão vir a ser compensadas caso a empresa chinesa seja banida **E4**



ID: 105600485

09-06-2023 | Economia



HOJE GRÁTIS 1º GUIA DE VERÃO PORTO E NORTE

Descubra um país que poucos conhecem (mas não diga nada a ninguém)



idealista

A app imobiliária líder em Portugal

Expresso 50

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

9 de junho de 2023
2641 • €4,90

Diretor: João Vieira Pereira
Diretores-Adjuntos: David Dinis,
Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos
Diretor de Arte: Marco Grieco

expresso.pt

24h

Metsola em debate no Parlamento

Roberta Metsola vem na próxima sexta-feira a Portugal participar no Conselho de Estado e, além disso, intervirá no debate em plenário no Parlamento, a convite de Augusto Santos Silva. Será a primeira vez que um alto-representante das instituições europeias participa numa sessão plenária, respondendo a intervenções e perguntas dos deputados.

Zona euro em recessão

O PIB da zona euro recuou 0,1% nos primeiros três meses do ano, revelou o Eurostat. É o segundo trimestre consecutivo negativo, o que coloca os países da moeda única em recessão técnica.

Ex-ministra crítica mexida nos aforros

Alexandra Leitão, ex-ministra e atual deputada do PS, questiona a opção política do Ministério das Finanças de baixar os juros da nova emissão de Certificados de Aforro, considerando penalizar a já baixa poupança das famílias de classe média. P37

Prémio para Maria do Carmo Fonseca

O júri do Prémio Universidade de Lisboa 2021 decidiu atribuir o galardão à cientista Maria do Carmo Fonseca (que foi Prémio Pessoa em 2010), pelo seu "percurso excepcional de cientista, com contribuições relevantes no domínio da medicina molecular e participação pública na promoção da ciência e da literacia científica."

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: ECONOMIA, REVISTA E e ainda GUIA DE VERÃO 1 — PORTO E NORTE

SONDAGEM · 10 DE JUNHO · ESTADO DA NAÇÃO

Retrato de um país profundamente insatisfeito

68%
NÃO APROVAM A EDUCAÇÃO PÚBLICA

91%
RECLAMAM DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

87%
INSATISFEITOS COM O COMBATE À CORRUPÇÃO

78%
DESCONTENTES COM AS POLÍTICAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE

88%
DESAGRADADOS COM A HABITAÇÃO

90%
CONSIDERAM A RIQUEZA MAL DISTRIBUÍDA

- ➔ Habitação, distribuição da riqueza e impostos lideram descontentamento
- ➔ Portugueses confiam na polícia, Forças Armadas, presidentes de Junta e em Marcelo
- ➔ Desconfiam mais dos partidos, Governo, Parlamento e Igreja ➔ Pedem mais participação na política e mais referendos ➔ Eleitores de esquerda são os menos pessimistas P6a8

FERNANDO ARAÚJO DIRETOR EXECUTIVO DO SNS

“Não vamos fechar blocos de parto. Está descartado”

Em entrevista, o homem que manda no SNS apresenta as dez medidas que quer pôr em prática para desburocratizar a Saúde em Portugal P20



Rabo de Peixe não gosta de “Rabo de Peixe”

“Eu disse ao meu homem que tive vergonha de ver aquilo ao pé dele”, diz Elisabete Andrade. Reportagem na localidade dos Açores que a Netflix pôs nas bocas do mundo P14

FOTO: HUGO MOREIRA

mantovani
Cozinha e Banho
www.mantovani.pt

Bombeiros contra mobilização na JMJ em agosto

Dispositivo da Proteção Civil para o evento religioso é criticado por dirigentes dos bombeiros P12

Socialistas começam a deixar cair João Galamba

Audição de Pedro Nuno na comissão de inquérito deve acentuar corte com atual ministro P11eE10

5G DENTRO DO GOVERNO HÁ QUEM RECEIE RETALIÇÃO CHINESA PELO BLOQUEIO A HUAWEI P10eE4

Os pandas são a nova arma da diplomacia chinesa P29

Dois livros com 480 anos mudaram o mundo R32

Testamentos crescem 23% na última década E13

Depósito Caixa Net 12 Meses Não Mobilizável
Poupar à distância de um clique.
Saiba mais em cgd.pt
Caixa Geral de Depósitos, S.A. registada junto do Banco de Portugal sob o nº35.